

Bruxelas, 24 de abril de 2025
(OR. en)

8086/25

EDUC 112
SOC 223
DIGIT 63
EMPL 143

NOTA

de:	Presidência
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	O papel da União das Competências no reforço do Espaço Europeu da Educação – <i>Debate de orientação</i>

Junto se envia, à atenção das delegações, uma nota de orientação da Presidência sobre o assunto em epígrafe, tendo em vista o debate de orientação no Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto) de 12 de maio de 2025.

O papel da União das Competências no reforço do Espaço Europeu da Educação

A educação e o desenvolvimento de competências estão no cerne da agenda económica e social da União Europeia. Para reforçar a competitividade da Europa e a sua resiliência económica e democrática, e proporcionar igualdade de oportunidades para todos no acesso à educação, à aprendizagem ao longo da vida e a empregos de qualidade, a Comissão Europeia introduziu a União das Competências, uma iniciativa estratégica que visa melhorar a educação, a formação e a aprendizagem ao longo da vida.

Na visão da Comissão, a União das Competências enquadra a educação e as competências como um instrumento de ação estratégico, holístico e de pleno direito em prol da competitividade económica e da estabilidade da UE.

A União das Competências introduz duas iniciativas fundamentais relacionadas com a educação:

- Um Plano de Ação para as Competências Básicas, centrado na melhoria das competências básicas em literacia, matemática e ciências, bem como das competências digitais e de cidadania;
- Um Plano Estratégico para o Ensino das CTEM, que visa reforçar a proficiência e as carreiras nos domínios da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM).

A União das Competências centra-se em quatro vertentes, a fim de garantir que todos tenham a oportunidade de criar bases sólidas em matéria de competências e de participar na melhoria das suas competências e na sua requalificação ao longo da vida, para uma vida gratificante. São as seguintes as quatro vertentes:

- O desenvolvimento de competências para vidas e empregos de qualidade, graças a uma sólida base educativa, com iniciativas destinadas a reforçar e promover a educação e as competências através do Espaço Europeu da Educação, incluindo novas iniciativas como o Programa de Apoio às Competências Básicas;
- A melhoria das competências e a requalificação de uma mão de obra ágil para as transições digital e ecológica, incluindo medidas de apoio à aprendizagem ao longo da vida e à melhoria de competências por meio de mecanismos como o projeto-piloto da Garantia de Competências;
- A circulação de competências em toda a UE com vista à competitividade, incluindo medidas para facilitar a mobilidade laboral por via da simplificação do reconhecimento das qualificações através da Iniciativa sobre a Portabilidade de Competências;
- A atração, o desenvolvimento e a retenção de talentos para o futuro da Europa, através de medidas como a ação Marie Skłodowska-Curie «MSCA Choose Europe».

Na sua comunicação, a Comissão propõe igualmente uma série de novas metas a atingir até 2030:

- A proporção de pessoas com subaproveitamento em literacia, matemática, ciências e competências digitais deverá ser inferior a 15 %, e a percentagem de melhores desempenhos em literacia, matemática e ciências deverá ser de, pelo menos, 15 %;
- A proporção de estudantes no ensino e formação profissionais (EFP) iniciais de nível médio inscritos em domínios CTEM deverá ser de, no mínimo, 45 %, dos quais pelo menos um em cada quatro estudantes deverá ser do sexo feminino;

- A proporção de estudantes do ensino superior inscritos em domínios CTEM deverá ser, no mínimo, de 32 %, dos quais pelo menos dois em cada cinco estudantes deverão ser do sexo feminino;
- A proporção de estudantes inscritos em programas de doutoramento em TIC¹ deverá ser, no mínimo, de 5 %, dos quais pelo menos um em cada três estudantes deverá ser do sexo feminino;
- O número anual de aprendentes de países terceiros que venham estudar e obter um diploma de ensino superior na UE deverá ser de, pelo menos, 350 000.

É proposto um novo quadro de governação (ilustrado no anexo) – incluindo um Conselho Europeu de Alto Nível sobre Competências e um Observatório Europeu de Informações sobre Competências – para assegurar a elaboração e a execução de políticas baseadas em dados concretos. Tanto o referido Conselho como o Observatório apoiarão o trabalho da Comissão no sentido da elaboração de uma nova recomendação da UE-27 sobre educação e competências, bem como de recomendações específicas por país no ciclo do Semestre Europeu.

A União das Competências enquadra a educação e as competências como instrumento estratégico para a competitividade económica. Embora reconheça os principais desafios – como o declínio das competências básicas, a escassez de professores e a necessidade de competências digitais e ecológicas –, a iniciativa encara, em grande medida, a educação e a formação numa perspetiva de mercado de trabalho, prestando menos atenção a valores educativos mais vastos, como o desenvolvimento pessoal e o pensamento crítico.

No entanto, o quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação, criado em 2021 com o objetivo abrangente de construir o Espaço Europeu da Educação, continua a ser fundamental para assegurar uma abordagem holística da educação e da formação em todos os contextos e a todos os níveis – desde a educação e acolhimento na primeira infância até à educação de adultos, incluindo o EFP e o ensino superior. Aborda cinco prioridades estratégicas, várias das quais estão em consonância com os objetivos da União das Competências, e define o seu próprio conjunto de metas ambiciosas a nível da UE, acordadas pelos Estados-Membros, das quais as cinco a seguir enumeradas deverão ser cumpridas até 2030, a mesma data proposta para as novas metas no âmbito da União das Competências:

¹ Tecnologias da informação e comunicação.

- **Jovens de 15 anos com fraco aproveitamento em competências básicas**

A percentagem de jovens de 15 anos com fraco aproveitamento em leitura, matemática e ciências deverá ser inferior a 15 % até 2030.

- **Alunos do oitavo ano de escolaridade com fraco aproveitamento em competências digitais**

A percentagem de alunos do oitavo ano de escolaridade com fraco aproveitamento em literacia informática e da informação deverá ser inferior a 15 % até 2030.

- **Participação na educação e acolhimento na primeira infância**

Pelo menos 96 % das crianças entre os três anos e a idade de início do ensino primário obrigatório deverão participar na educação e acolhimento na primeira infância até 2030.

- **Abandono precoce da educação e da formação**

A percentagem de alunos que abandonam prematuramente a educação e a formação deverá ser inferior a 9 % até 2030.

- **Diplomados do ensino superior**

A percentagem de adultos do grupo etário dos 25-34 anos com diploma de ensino superior deverá ser de, pelo menos, 45 % até 2030.

As iniciativas da União das Competências e do Espaço Europeu da Educação partilham diversas sinergias e objetivos comuns, como o reforço das competências, da aprendizagem ao longo da vida e da mobilidade. No entanto, é necessário assegurar que a abordagem da União das Competências centrada no mercado de trabalho não ofusque o objetivo mais amplo do Espaço Europeu da Educação, cujo princípio básico consiste em abranger os sistemas de educação e formação no seu conjunto, numa perspetiva inclusiva, holística e de aprendizagem ao longo da vida e que visa assegurar que esses sistemas contribuam para a realização pessoal, social e profissional de todos os cidadãos e promovam os valores democráticos, a igualdade, a coesão social, a cidadania ativa e o diálogo intercultural.

As competências são a base de uma economia próspera e competitiva, pelo que os sistemas de educação e formação deverão dotar os cidadãos de competências de elevada qualidade de forma inclusiva, começando pelas competências básicas, que são um fator determinante da realização e do desenvolvimento pessoais, da empregabilidade, da inclusão social e da cidadania ativa. As competências básicas em matéria de literacia e numeracia são cruciais, mas não suficientes para permitir que as pessoas saibam lidar com um ambiente socioeconómico em rápida evolução, pelo que essas competências terão de ser complementadas pelo pensamento crítico, pela criatividade e pela participação cívica.

Tendo em conta estes esforços paralelos e o quadro bem estabelecido do Espaço Europeu da Educação, profundamente enraizado na cooperação entre os Estados-Membros com o apoio da Comissão Europeia, e a fim de maximizar a eficiência e a eficácia dos sistemas e políticas de educação e formação, a União das Competências poderá servir para aprofundar e reforçar o Espaço Europeu da Educação, dando resposta aos desafios emergentes no domínio da educação e da formação, e para assegurar a utilização eficiente dos recursos disponíveis, evitando duplicações e encargos administrativos adicionais.

Para o efeito, os ministros da Educação e as principais partes interessadas têm de participar ativamente no planeamento e na execução da União das Competências, a fim de assegurar o alinhamento com as políticas e prioridades nacionais em matéria de educação e formação e de tomar decisões pertinentes e mais bem informadas sobre as reformas e investimentos em matéria de educação, formação e competências. Uma abordagem que seja coordenada entre as políticas de educação e formação e que envolva todos os setores pertinentes – como o emprego, os assuntos sociais, a economia e o setor financeiro – poderá maximizar a eficácia de ambos os quadros (Espaço Europeu da Educação e União das Competências), o que salvaguardará a abordagem holística da educação e da formação acordada em 2021, reforçando simultaneamente o desenvolvimento de competências.

À luz do que precede, e tendo em conta que se aproxima a revisão do quadro estratégico – inclusive das metas a nível da UE, da estrutura de governação e dos métodos de trabalho – com base na avaliação do primeiro ciclo do Espaço Europeu da Educação pela Comissão, a Presidência convida os ministros a indicarem de que forma consideram que a União das Competências e o Espaço Europeu da Educação podem complementar-se e reforçar-se mutuamente, de modo a promoverem sistemas de educação e formação mais inclusivos e preparados para o futuro em toda a UE e a maximizarem a visibilidade e o apoio político à promoção dos resultados em matéria de educação, formação e competências a nível europeu.

Para a condução do debate de orientação, a Presidência convida os ministros a responderem às seguintes perguntas:

1. Qual a melhor forma de a União das Competências e o Espaço Europeu da Educação se complementarem mutuamente para assegurarem uma educação e formação inclusivas e de elevada qualidade para todos os aprendentes, evitando ao mesmo tempo duplicações e encargos administrativos desnecessários?
 2. Na sequência do primeiro ciclo do quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação, que elementos fundamentais da União das Competências deverão ser considerados prioritários para apoiar os objetivos do Espaço Europeu da Educação – e não de deles desviar a atenção –, e como poderá a governação ser simplificada por forma a garantir maior coerência e mais rapidez e agilidade na tomada de decisões?
-

Proposta da Comissão Europeia sobre a governação da União das Competências

